



Número: **0800026-46.2019.8.18.0058**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Jerumenha**

Última distribuição : **12/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
INACIO DA SILVA QUEIROZ (AUTOR)		TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO)	
WELSON ADRIANO CARCALHO DE SOUSA JUNIOR (AUTOR)		TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO)	
CRYSTIAN VIERY SOUSA QUEIROZ (INTERESSADO)		TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO)	
FRANCISCO RIKELME DE SOUSA QUEIROZ (INTERESSADO)		TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO)	
C. V. D. S. Q. (INTERESSADO)		TIAGO RUBENS OSORIO OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19067887	08/09/2021 13:33	Sentença	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
Vara Única da Comarca de Jerumenha
Rua Coronel Pedro Borges, Centro, JERUMENHA - PI - CEP: 64830-000

PROCESSO Nº: 0800026-46.2019.8.18.0058
CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)
ASSUNTO(S): [Seguro, Acidente de Trânsito]
AUTOR: INACIO DA SILVA QUEIROZ, WELSON ADRIANO CARCALHO DE SOUSA JUNIOR
INTERESSADO: CRYSTIAN VIERY SOUSA QUEIROZ, FRANCISCO RIKELME DE SOUSA QUEIROZ, C. V. D. S. Q.

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Tratam-se de embargos de declaração com efeitos infringentes opostos contra sentença que julgou procedente o pedido de indenização de seguro obrigatório em razão de evento morte.

Sustenta o embargante, em síntese, contradições e omissões quanto: a) ao procedimento adotado, se juizado ou comum; b) de quando deveriam ser computados os juros; e c) nulidade da sentença por ausência de intimação do MPE.

O embargado defendeu a improcedência dos aclaratórios.

Instado, o *parquet* se manifestou pela inocorrência de eventual prejuízo às partes decorrente da não intervenção ministerial e opinou pela rejeição dos embargos de declaração propostos pela parte ré.

É a síntese do necessário

Inicialmente, recebo os embargos, vez que são tempestivos.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, "*cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III – corrigir erro material*".

Quanto aos pressupostos dos embargos de declaração, destaco que a contradição deve estar na própria decisão, quando não há, por exemplo, consequencialidade entre fundamentação e dispositivo. Já a omissão ocorre quando algum ponto controvertido não foi tratado na sentença. E o erro material, passível, inclusive, de ser corrigido de ofício e não sujeito à preclusão, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, "*é o reconhecido *primu actu oculi*, consistente em equívocos materiais sem conteúdo decisório propriamente dito, como a troca de uma legislação por outra, a consideração de data inexistente no processo ou uma inexatidão numérica; e não, aquele que decorre de juízo de valor ou de aplicação de uma norma jurídica sobre o(s) fato(s) do processo*" (REsp



102.1841/PR, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ª Turma, DJe de 04.11.2008).

No caso concreto não há contradição. E isso porque a própria sentença combatida deixa evidente que o rito aplicado ao feito é o comum. Aliás, consigne-se, a informação quanto ao rito já constava do despacho inicial, que textualmente estabelece:

“Em obediência ao que dispõe o art. 334 e seguintes do Código de Processo Civil, designo o dia 17/03/2020, às 11h30 para audiência preliminar de tentativa de conciliação.

Cite-se o réu para comparecer à audiência ora designada, observando que, frustrada a tentativa de conciliação, o prazo para responder a ação será de 15 (quinze) dias, começando a fluir a partir dessa audiência, advertindo-os que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora na peça inicial, salvo no que diz respeito a direitos indisponíveis.

A audiência não será realizada se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual”. (grifo no original)

Relativamente à nulidade decorrente da não intervenção do Ministério Público nos autos, é princípio basilar no processo civil que não será declarada nulidade se não forem verificados prejuízos (princípio da instrumentalidade das formas). Como bem ressaltou o Ministério Público em sua manifestação o feito se desenvolveu dentro da legalidade, restando evidenciada a legitimidade ativa dos autores e o direito pleiteado, de sorte que a intervenção do *parquet*, no caso concreto, serviria apenas para chancelar a correta aplicação do direito.

Por oportuno, cito trecho da manifestação ministerial, *verbis*:

“Os autores têm legitimidade ativa, haja vista que afirmam ser titulares de direito lesado, cuja existência ou inexistência é matéria relativa ao mérito. Sua qualidade de beneficiários encontra-se comprovado através das certidões de nascimentos acostadas aos autos.

No caso em tela, a genitora dos requerentes foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 15/10/2017, culminando em seu falecimento, conforme comprova cópia do Boletim de Ocorrência e a certidão de óbito, que indica a causa da morte como traumatismo craniano por acidente com motocicleta.

Assim, acertada a sentença de id. 11093610 que julgou procedente o pedido autoral. Não há que se falar em nulidade processual por ausência de intervenção do Ministério Público, uma vez que, considerando o princípio da instrumentalidade das formas, a anulação da sentença por ausência de intervenção ministerial somente poderia se justificar se caracterizado efetivo prejuízo às partes, circunstância não verificada no particular.”



Todavia, assiste razão ao embargante quanto à omissão da sentença combatida relativamente aos juros de mora. Ressalto, todavia, que a questão está pacificada, visto que existe súmula que trata da matéria, estabelecendo o percentual e o *dies a quo* para a incidência dos juros de mora em casos que tais.

Assim, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os embargos de declaração interpostos para INTEGRAR a sentença combatida e, sanando a omissão apontada, acrescer à condenação juros de mora de 1% desde a citação, nos termos da Súmula 426/STJ.

Aguarde-se o prazo de 15 dias, certificando-se, em seguida, o trânsito em julgado.

Entretanto, caso haja algum recurso, intime-se a parte contraposta para contrarrazões. Transcorrido o prazo *in albis*, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

JERUMENHA-PI, 10 de agosto de 2021.

Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de Jerumenha

